Exmº Snr. Ministro Antonio Carlos Lafayette de Andrada.
D.D. Relator do Processo nº 14 do Egregio Tribunal Superior Elei-
toral.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
Serviço de Comunicações	
14 OUT 1946	
Nº	3561

O PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL por seu procurador e advogado Dr. Newton de Noronha, em cumprimento ao respeitavel despacho de fls. , vem expôr e prestar a V. Excia. as informações seguintes:

O PARTIDO acima aludido, teve o seu registro provisório em 4 de Outubro do ano transacto. Acontece porem, que, após ter cumprido todas as exigencias feitas pelo ilustre Snr. Procurador Geral, Dr. Machado Guimarães; após ter se submetido durante dez dias a apresentação de contestações, que não se verificaram, e além de ter merecido do Snr. Dr. Octacilio Pinheiro, digno diretor geral da Secretaria desse Egregio Tribunal, a declaração de que as exigencias apresentadas tinham sido satisfeitas, (conforme consta do processo) o PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL vê o seu processo de pedido de registro definitivo chegar agora as mãos do Dr. Temistocles Cavalcanti, brilhante e honrado Procurador Geral, e este não se satisfaz com as providencias determinadas pelo então Procurador, Dr. Machado Guimarães e com a informação prestada pelo Diretor da Secretaria desse Superior Tribunal, Dr. Octacilio Pinheiro, que reconhecera o cumprimento das suscitadas exigencias. E o fez, Exmº Snr. Ministro, data venia, de maneira deconcertante para o PARTIDO, quando diz: " Não encontro nas disposições legais em vigor nenhum preceito que permita o registro definitivo do Partido, pela méra alegação de ter feito aliança com outro partido que elegeu representante á Assembléa Constituinte."

Quem foi que fez méra alegação de aliança com outro Partido ? O Partido Trabalhista Nacional é que não o fez, S. Ex. lendo o processo verificará que no dia 7 de Novembro de 1945,

14 OUT 1946

Nº 3561

sob o numero 165, deu entrada nesse Tribunal um documento assinado pelo Dr. Adhemar de Barros, então Presidente do Partido Republicano Progressista e pelo Snr. Adalberto Lima Leite, na época, Presidente do Partido Trabalhista Nacional.

Este documento, que se encontra nesse Tribunal, é um documento completo, decisivo na redação e em que se comunica ao Tribunal a aliança das duas organizações políticas, e já esse Superior Tribunal deu ao Partido Trabalhista Nacional certidão dessa comunicação, como se vê às paginas 17 do processo. S. Ex. o honrado Procurador Geral é que faz méra alegação em detrimento de um novo Partido que muito poderá servir as massas trabalhadoras do Paiz, e a pluralidade de partidos é bem o corolário da liberdade, o musculo, o nervo da democracia, no brilhante conceito de Sá Filho!...

Adiante o ilustre Dr. Themistocles Cavalcanti diz:

"O Registro definitivo somente é permitido em tres casos:

- 1º) As associações de pelo menos 50.000 eleitores. (Não é o caso do Partido Trabalhista Nacional),
- 2º) As associações de fins politicos, registradas antes de 2 de dezembro de 1945, mas que tenham eleito representante, embora sob a legenda de outro partido. (Decreto lei nº 9.422 de 3 de Julho de 1946). Snr. Ministro é este precisamente, decididamente, claramente, o caso do Partido Trabalhista Nacional. Ou o Dr. Themistocles Cavalcanti admite que o P. T. N. não seja uma associação de fins politicos? Ou o Dr. Themistocles Cavalcanti não viu o documento existente nesse Tribunal em que se prova que o P. T. N. foi registrado antes de 2 de Dezembro de 1945 ?

Ou o Dr. Themistocles Cavalcanti não se recorda que na Assemblêa Constituinte, havia um deputado Romeu de Campos Vergal, eleito pelo Partido Republicano Progressista, esse mesmo Partido com o qual o P. T. N. se aliou para eleger deputados e senadores, á Constituinte, servindo-se da legenda do primeiro partido, como previa o artigo 8º da Resolução 830, baixada para o pleito de 2 de de-

14 OUT 1946

3561

zembro de 1946? O Partido Trabalhista Nacional preencheu in-totum as três exigências citadas pelo Snr. Procurador Geral. Adiante S.Ex. declara que não foi comprovada a aliança dos dois Partidos. Mas, Snrs. Ministros, que vale então o documento assinado pelos dois presidentes dos dois partidos com firmas reconhecidas, existente no processo e em que esse compromisso é formal? Que outro documento poderia ser conseguido? Que vale a declaração do Dr. Adhemar de Barros recentemente feita de que a aliança foi uma realidade? Que vale a declaração do próprio deputado Romeu de Campos Vergal de que recebeu também votos dos membros do Partido Trabalhista Nacional, seção de São Paulo. E qual seria a sorte do deputado Romeu de Campos Vergal, Snr. Relator, se fosse aceita por esse Tribunal a não existência de uma prévia aliança de partidos, ele que confessa ter recebido votos do Partido Trabalhista Nacional e que deixariam de existir, por falta de cumprimento de um dispositivo legal em vigor?

E haveria na data das eleições algum Diretório do Partido Trabalhista Nacional em São Paulo? Sim. Quem é o seu Presidente? O Snr. José Facciola, com estabelecimento de Comissões, consignações e corretagens. O Diretório tinha sede própria? Sim.

Onde? Á rua Santa Rosa, 306-S. Paulo, tel. 3-4740.

E esse Diretório teria apresentado para deputados e senadores nomes diferentes daqueles que foram apresentados pelo Partido Republicano Progressista? Não, como se vê do Diário Oficial do Estado de São Paulo, existente no processo. Logo, Snr. Ministro, esta última prova negativa e muito séria, a menos que se queira admitir que o Partido Trabalhista Nacional se tivesse aliado ao Partido Republicano Progressista, tivesse gasto vultosas importâncias necessárias á sua instalação, ^{dele} para o simples prazer de não votar em ninguém. Adiante, o Snr. Procurador Geral faz uma gráve revelação que atinge em cheio a dignidade desse colendo Tribunal e cuja defesa não nos cabe fazer. S.Ex. afirma: que nem sequer foi processada no Tribunal a referida aliança. É gravíssima a afirmativa, se o Partido Trabalhista Nacional provar, como prova, (protocolo n° 165

do dia 7 de Novembro de 1945) que o pedido de aliança deu entrada no Tribunal, e aí não teve andamento. A Secretaria do Tribunal vê-se na alternativa de negligencia ou má fé, certo de que em qualquer das duas hipóteses a moral não permitirá o sacrificio de um Partido que, no final das contas, seria vitima do proprio Tribunal. Por fim diz o eminente Dr. Temistocles Cavalcanti que não foi feito o registo dos candidatos, conforme exigia o artigo 39 da lei eleitoral vigente. Decididamente S.Ex. pelo grande acúmulo de serviço, não fez reparo no número do Diario Oficial de São Paulo, em que figura entre outros, o nome do ^{então} candidato Romeu de Campos Vergal, pelo Partido Republicano Progressista, que foi aquele partido a que se aliara o Partido Trabalhista Nacional, conforme documento já varias vezes citado.

Como se vê, em conclusão, Snr. Ministro, trata-se de uma dessas situações meredianamente claras, (Como dizia Pedro Lessa) e o que há a lamentar é que o P. T. N. não merecesse as mesmas expressões do Snr. Procurador que quando se referia á Esquerda Democratica e que péço permissão para transcrever:

" pode-se discordar do seu programa, pode-se preferir outra solução para o problema sociale politico entre nós, mas seria suprimir o proprio regime, negar a um grupo de cidadãos organizados regularmente o direito de, pelos meios pacificos e democraticos, chegar ao poder e imprimir ás nossas instituições democraticas o sentido que julga mais eficiente "

Com profundo respeito, *regista a juntada aos autos.*
 Rio de Janeiro, 14 de Outubro de 1946.

[Handwritten signature]
 Adv. Juc. 696.